



PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

DECRETO MUNICIPAL Nº 5.571, de 11 de setembro de 2012 .

Define, conceitua e identifica os espaços existentes no MERCADO PÚBLICO e institui normas e procedimentos de utilização e funcionamento municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Pelotas no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de padronização de posturas que viabilizem uma melhor administração do Mercado Público, **RESOLVE** instituir o

REGULAMENTO DO MERCADO PÚBLICO DE PELOTAS

CAPÍTULO I

DO MERCADO PÚBLICO

Art. 1º - O Mercado Público de Pelotas é bem cultural tombado, através do Termo de Tombamento S/N de 04 de maio de 1985, como Patrimônio Histórico do Município de Pelotas. Localiza-se no Quarteirão formado pelas ruas Andrade Neves, Tiradentes, Praça Sete de Julho e Largo Edmar Fetter.

Art. 2º - Os espaços existentes no Mercado Público são definidos, conceituados e identificados no Memorial Descritivo, no Caderno de Obrigações e na Planta de Utilização em bancas internas e externas, áreas de mesa, áreas abertas internas e áreas institucionais.

Parágrafo único - O Caderno de Obrigações, o Memorial Descritivo e a Planta de Utilização referidos neste artigo são anexas e fazem parte integrante deste Decreto, como se nela estivessem transcritos.

Art. 3º – A permissão de uso de Bancas internas e externas, no Mercado Público, será outorgada através de regular procedimento licitatório, nos termos do que estabelece a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

CAPÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO DO MERCADO PÚBLICO DE PELOTAS

Art. 4º - O Mercado Público será administrado pelo Município de Pelotas, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SDET ou a que lhe suceder.

Parágrafo único - São atribuições da Administração:

I - supervisionar os serviços de operação, conservação e manutenção do prédio, tais como: limpeza, segurança, abastecimento de gás liquefeito de petróleo - GLP, manutenção das áreas da edificação e todos os demais serviços que se fizerem necessários ao regular funcionamento do Mercado Público;

II - receber as sugestões e reclamações dos PERMISSIONÁRIOS em todos os assuntos pertinentes ao Mercado Público, ressalvado o direito dos interessados de protocolarem seus requerimentos junto ao órgão de Administração do Mercado Público de Pelotas; e

III - supervisionar e fazer cumprir o presente Decreto e demais normas expedidas pelos órgãos do Município relativas ao Mercado Público, assim como aplicar as penalidades previstas no capítulo XI deste instrumento.

CAPÍTULO III

DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO E DE ACESSO AO MERCADO PÚBLICO

Art. 5º - Em dias de funcionamento, o ingresso, circulação ou permanência no Mercado Público de permissionários, seus funcionários e fornecedores será permitido de 2 horas antes da abertura até 2 horas após o fechamento ao público, mediante porte e uso constante de crachá individual, padronizado pela Administração, fornecido e controlado por cada uma das empresas PERMISSIONÁRIAS do Mercado. – MULTA: 1,0%

§1º - Os prestadores de serviços deverão portar crachás de identificação com foto, nome, função, numeração e código de barras.

§2º – A perda ou extravio de qualquer crachá do Mercado deverá ser comunicada imediatamente à Administração, a qual dará baixa no respectivo número cadastral e informará à equipe de segurança do prédio, providenciando em seguida, no prazo de dois dias úteis, sua reposição junto ao fornecedor do material. Durante o período sem crachá, o ingresso, circulação ou permanência do pessoal de que trata este artigo só se dará mediante anuência direta e pessoal da Administração.

Art. 6º - Em qualquer horário ou dia, somente será permitido acesso, circulação ou permanência de pessoas autorizadas pela Administração, para prestação de serviços de segurança, limpeza e manutenção do Mercado ou de trabalhadores de empresas eventualmente contratadas para prestação



PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

destes serviços, portando seus respectivos crachás de identificação funcional, emitidos exclusivamente pela Administração.

Parágrafo único - A Segurança do Mercado fará a identificação dos trabalhadores do prédio, através dos respectivos crachás, controlando o acesso em áreas de uso restrito.

Art. 7º - O horário de funcionamento do Mercado Público, para o público externo, será:

I - das 8h às 19h, de segundas a sextas-feiras, em caráter obrigatório; – MULTA: 4,0%.

II - das 8h 30min às 18h 30min, aos sábados, em caráter obrigatório; – MULTA: 4,0%.

III - das 19h às 24h, de segundas a sextas-feiras, em caráter facultativo e somente para restaurantes e lancherias;

IV - das 18h30min às 24 h, aos sábados e domingos, em caráter facultativo e somente para restaurantes e lancherias;

V - das 8h 30min às 14 h, aos domingos, em caráter facultativo, para todos os permissionários;

VI - nas semanas que antecedem datas comemorativas o horário será definido, em caráter obrigatório, conforme planilha específica elaborada pela Administração. – MULTA: 4,0%.

Parágrafo único - As bancas localizadas no anel externo, que possuem acesso independente à circulação dos corredores internos do Mercado, poderão funcionar conforme previsto nos incisos III, IV, V e feriados, desde que, mantidos os serviços internos e externos de manutenção e conservação. O fechamento destas portas internas é de responsabilidade exclusiva de cada permissionário, bem como o cumprimento efetivo do horário de fechamento destas portas. A Segurança do Mercado fará a vistoria de todos os acessos, confirmando se foram devidamente trancados no prazo e nas condições determinadas. – MULTA: 8,0%.

Art. 8º – No horário de encerramento das atividades comerciais da parte interna do Mercado, a equipe de segurança procederá ao fechamento dos portões e acessos do prédio, deixando apenas um deles para saídas e entradas controladas, preferencialmente o Portão de Acesso pela Praça Sete de Julho, a partir do qual aporá sinalização de direcionamento, com indicação das áreas que ainda manterão estabelecimentos abertos.

Art. 9º - A Administração cumprirá expediente externo no Mercado, de 2ª à 6ª feira, das 8h às 14h, sem fechar ao meio dia.

Art. 10 - O funcionamento ou acesso ao Mercado Público em dias e horários diversos do especificado neste capítulo é condicionado à expressa autorização da Administração, que se manifestará após solicitação e justificativa do interessado. – MULTA: 4,0%.

CAPÍTULO IV

DA CARGA E DESCARGA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

Art. 11 - A carga ou descarga de mercadorias e equipamentos, para todos os PERMISSIONÁRIOS, deverá ser efetuada através do portão de acesso da Rua Tiradentes, de segundas feiras a sábados, de duas horas antes e de até duas horas depois do fechamento no horário estipulado nos incisos I e II do art. 7º, e após este horário, somente mediante autorização da Administração; – MULTA: 2,0%.

§1º – Havendo necessidade de abastecimento suplementar, e somente para esta finalidade, poderá ser permitida pela Administração a movimentação de carrinhos entre 15h e 17h, atendidas a todas as demais exigências deste capítulo. – MULTA: 2,0%.

§2º - A carga e descarga em dias ou horários fora do especificado no *caput* deste artigo será regrada pela Administração, sendo vedado o acesso pelos portões centrais do edifício, bem como o abastecimento de PERMISSIONÁRIOS especialmente entre 11h e 15h, e nos períodos de grande circulação de público, tais como almoço, *happy hour*, janta e apresentação de *shows*. – MULTA: 3,0%.

§3º – O ingresso ou saída de carga (mercadorias ou resíduos) nas câmaras frias e depósito de lixo seco do Mercado somente serão permitidas nos horários definidos pela Administração e afixados no local. Fora destes horários, somente com autorização da Administração. – MULTA: 5,0%.

§4º - Todos os fornecedores que entregarem mercadorias aos PERMISSIONÁRIOS deverão obter previamente, junto à Administração, crachás específicos padronizados pela Administração, os quais permitirão o ingresso temporário no Mercado. Tanto o empréstimo, quanto a devolução destes crachás ao final do fornecimento serão de responsabilidade exclusiva dos PERMISSIONÁRIOS, cabendo-lhes a identificação, registro e controle destas pessoas. – MULTA: 1,0%.

§5º - As regras estipuladas nesse artigo aplicam-se igualmente às peixarias.

Art. 12 - Na carga ou descarga de mercadorias e equipamentos deverá ser observado o seguinte:

I - todos os produtos serão transportados embalados, em especial carnes e peixes, de modo a não liberarem resíduos de qualquer espécie; – MULTA: 4,0%.

II - o transporte através de carrinhos poderá ser efetuado desde que somente para cargas embaladas que não propiciem o vazamento; – MULTA: 4,0%.

III - os carrinhos de transporte somente poderão permanecer nos corredores e demais áreas de uso coletivo, pelo tempo necessário para sua carga, ou descarga para o interior do estabelecimento, não sendo permitido seu estacionamento defronte ao mesmo além do previsto. – MULTA: 2,0%.

IV – as mercadorias e equipamentos transportados sob responsabilidade dos PERMISSIONÁRIOS também não poderão ser depositadas nos corredores ou demais áreas de uso coletivo além do tempo necessário para o seu manuseio e depósito no interior dos estabelecimentos. – MULTA: 5,0%.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

V - os carrinhos de transporte interno, tratados neste capítulo, deverão ser identificados com o nome do estabelecimento, utilizar exclusivamente tração humana e pneus de borracha. – MULTA: 2,0%.

VI – caminhões frigoríficos ou similares, quando estacionados na área de carga e descarga, deverão evitar o escoamento de resíduos orgânicos (ou fluidos produzidos pelo descongelamento dos alimentos), despejados para a via e bocas de lobo da rede pluvial, uma vez que provocam mau cheiro e proliferação de vetores. A contaminação do local por liberação destes resíduos ensejará, aos seus infratores, aplicação das penalidades previstas no Código de Posturas, bem como nas demais legislações ambientais e sanitárias pertinentes.

CAPÍTULO V

DO ACONDICIONAMENTO E DA COLETA DO LIXO

Art. 13 - O acondicionamento, coleta e destinação do lixo produzido no interior do Mercado deverão atender ao seguinte:

I - o lixo deverá ser separado em contêineres tampados, forrados com sacos plásticos com capacidade máxima de 100 litros, com classificação em lixo orgânico (saco laranja) e lixo seco (saco verde);

II - cada PERMISSIONÁRIO armazenará seu lixo, devidamente separado, no interior de seu estabelecimento, até os horários da coleta, utilizando sacos de cor LARANJA para armazenagem do lixo orgânico, e de cor VERDE, para o lixo seco; – MULTA: 5,0%.

III – o serviço de coleta pegará os sacos de lixo no interior dos estabelecimentos, sendo proibida sua colocação nos corredores ou áreas de uso coletivo, bem como sua apresentação à coleta de forma misturada, ou em embalagens abertas, rasgadas ou em desacordo com o padrão estabelecido. Fora das condições adequadas, o serviço de coleta não estará autorizado a efetuar o recolhimento dos resíduos, até que a situação seja corrigida pelo PERMISSIONÁRIO; – MULTA: 5,0%.

IV – as caixas de papelão deverão ser apresentadas à coleta devidamente desmontadas (abertas), limpas e secas (sem contaminação por resíduos orgânicos ou líquidos) e dobradas. As caixas de madeira estão classificadas como resíduo orgânico; – MULTA: 4,0%.

V – a dispensação dos resíduos orgânicos produzidos por peixarias e açougues, deverão atender aos horários de carga e descarga, incumbindo ao PERMISSIONÁRIO impedir que os mesmos escorram para o piso durante o transporte;

VI – ao PERMISSIONÁRIO é terminantemente proibido fornecer resíduos de qualquer espécie a catadores ou recicladores, dentro das dependências do Mercado Público; – MULTA: 3,0%.

VII – após o recolhimento dos resíduos, serão armazenados em coletores disponibilizados pelo Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas – SANEP, e/ou empresas recicladoras previamente cadastradas e autorizadas pela Administração;

VIII – as lixeiras que guarnecem o prédio destinam-se ao uso exclusivo do público externo frequentador do Mercado, sendo proibida sua utilização por PERMISSIONÁRIOS para descarte de resíduos ou embalagens dos estabelecimentos. – MULTA: 4,0%.

Art. 14 - Os roteiros de coleta de lixo serão determinados pela Administração, devendo ser coletado separadamente o lixo seco do lixo orgânico.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

Art. 15 - A coleta de lixo e descarte nos coletores será de responsabilidade de cada PERMISSIONÁRIO, ficando sujeita à Supervisão da Administração.

CAPÍTULO VI

DA EXPOSIÇÃO DE MERCADORIAS, DOS EQUIPAMENTOS PARA DIVULGAÇÃO E DAS ÁREAS DE MESA

Art. 16 - A exposição de mercadorias no Mercado Público deve atender às seguintes especificações:

I - é vedada a exposição de produtos pendurados nas cortinas de ferro, estruturas de luminosos ou em qualquer outro tipo de esquadria, ou ainda de seu alinhamento para fora; – MULTA: 2,0%.

II - as estruturas internas e expositores para pendurar as mercadorias devem ser objeto de projeto, sujeito à prévia aprovação da Administração;

III - é terminantemente proibida a exposição de produtos em caixas de madeira, ou mesmo sobre estas; – MULTA: 1,0%.

Art. 17 - As faixas, cartazes, luminosos, placas e outros identificadores instalados no Mercado Público por PERMISSIONÁRIOS devem atender às seguintes especificações:

I - é obrigatória a identificação de todos os módulos de Bancas somente nos espaços publicitários a elas previamente destinados, obedecido o Caderno de Obrigações e mediante prévia aprovação da Administração; – MULTA: 1,0%.

II - é facultativa a colocação de luminosos nas Bancas externas, obedecido o Caderno de Obrigações e a prévia aprovação do respectivo projeto pela Administração; – MULTA: 1,0%.

III - é proibida a colocação de qualquer tipo de placa, faixa, cartaz e adesivo, fixados em vidros ou fachadas, bem como quaisquer congêneres que ultrapassem o alinhamento de portas e/ou cortinas de ferro dos estabelecimentos; – MULTA: 2,0%.

IV - é proibida a colocação de quaisquer equipamentos e/ou utilização de quaisquer meios de divulgação externa à área de permissão, sem a prévia e expressa autorização da Administração; – MULTA: 4,0%.

V - todos os luminosos das Bancas externas, de todos os estabelecimentos, deverão permanecer acesos e em perfeito estado de conservação e funcionamento, durante o horário de funcionamento obrigatório do Mercado; – MULTA: 2,0%.

VI - deverá ser preservado o fácil acesso às caixas de passagem elétricas e telefônicas, localizadas na parte interna dos luminosos; – MULTA: 3,0%.

VII - é proibida a instalação de quaisquer tipos de equipamentos fixados às esquadrias ou por fora delas, tais como câmaras de vídeo, luminárias etc. – MULTA: 4,0%.

Art. 18 - A critério da Administração, a delimitação das áreas de mesa externas às lojas e bancas deverá ser feita com divisórias leves e baixas, tais como floreiras.

§1º - O espaço destinado a áreas de mesa será definido pelo Caderno de Obrigações e pela Planta de Utilização, sendo admitido apenas para as Bancas do anel externo, voltadas para o Largo Edmar Fetter.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

§2º - O modelo de divisória referida no *caput* deste artigo será definido pela Administração.

§3º - A aquisição, instalação e manutenção das divisórias aqui tratadas ficarão sob responsabilidade dos respectivos PERMISSIONÁRIOS. – MULTA: 3,0%.

§4º - No perímetro das áreas de mesa externas, não serão permitidos, sem a devida autorização da Administração, avanços de áreas bem como quaisquer outros equipamentos ou mobiliários que não sejam as próprias mesas e cadeiras padronizadas, aprovadas previamente pela Administração. – MULTA: 5,0%.

§5º - A limpeza, conservação e manutenção periódica das mesas, cadeiras, guarda-sóis e delimitadores das áreas de mesa permitidas serão de exclusiva responsabilidade de seus PERMISSIONÁRIOS. – MULTA: 5,0%.

CAPÍTULO VII

DOS EQUIPAMENTOS

Art. 19 - O uso de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP no Mercado Público deve atender às seguintes determinações:

I - é proibida, sob qualquer forma, objetivo ou tempo, a utilização ou manutenção nas dependências do Mercado, de botijões, cilindros ou quaisquer outros artefatos de armazenamento de GLP; – MULTA: 10,0%.

II - a utilização de GLP só será possível através da rede de abastecimento da central estacionária, localizada externamente ao edifício. – MULTA: 10,0%.

Art. 20 - O uso de aquecedores de ambiente, ou para preparo ou aquecimento de comida e/ou água no Mercado Público, deve atender às seguintes especificações:

I - os aquecedores de ambiente (estufas) somente serão permitidos se forem elétricos, ligados a tomadas com capacidade para tanto (previstas em projeto aprovado pela Administração) ou a gás, desde que ligados à central estacionária do Mercado e garantidos por respectivo laudo técnico do fornecedor e abastecedor do combustível; – MULTA: 5,0%.

II - equipamentos de preparo e/ou aquecimento de alimentos, tais como fogões e fornos, somente serão permitidos nos bares, restaurantes e lancherias, mediante projetos aprovados pela Administração, e desde que sejam elétricos ou alimentados por conexão à central estacionária de GLP; – MULTA: 4,0%.

III - é proibido uso de espiriteiras, fogareiros, lampiões, aquecedores e/ou qualquer assemelhado ou ainda qualquer equipamento que utilize álcool, querosene, óleo de qualquer tipo, ou outro material combustível. O uso de lenha ou carvão somente será permitido atendidas às exigências da Administração; – MULTA: 5,0%.

IV - o aquecimento de água para consumo próprio será possível, nas lojas e bancas em geral, através de equipamento elétrico. – MULTA: 5,0%.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

Art. 21 - É proibido o uso dos equipamentos de segurança e emergência, tais como os de prevenção e combate a incêndios, placas de sinalização etc. para fins diversos do que se destinam; – MULTA: 5,0%.

I - todos devem zelar pela manutenção dos equipamentos de prevenção e combate a incêndios, placas de sinalização de saídas de emergência etc., mantendo-os permanentemente desobstruídos e visíveis; – MULTA: 5,0%.

II - os extintores de incêndio e os equipamentos de iluminação de emergência são obrigatórios em todos os estabelecimentos do Mercado Público, devendo os PERMISSONÁRIOS mantê-los com prazo de validade em vigor e em perfeito estado de conservação e funcionamento. – MULTA: 5,0%.

Art. 22 - Deverão ser obedecidas as normas de prevenção contra incêndio previstas no Código de Prevenção de Incêndio. – MULTA: 5,0%.

Art. 23 - A instalação de equipamentos e elementos de segurança e de proteção no Mercado Público deverão atender às seguintes determinações:

I - a colocação de grades, telas e portas de segurança somente será permitida mediante aprovação de projeto específico pela Administração, respeitado o disposto no Caderno de Obrigações; – MULTA: 2,0%.

II - o uso de toldos para proteção de aberturas somente será permitido nas portas das fachadas externas obedecendo ao disposto no Caderno de Obrigações e mediante projeto previamente aprovado pela Administração – MULTA: 5,0%.

CAPÍTULO IX

DAS OBRIGAÇÕES

Art. 24 - São obrigações dos PERMISSONÁRIOS:

I - atender o disposto no Caderno de Obrigações anexo ao presente Decreto, em todas as obras de instalação, reforma ou melhoria de seus estabelecimentos; – MULTA: 10,0%.

II - limitar suas atividades ao estritamente permitido e expresso no respectivo termo de permissão; – MULTA: 10,0%.

III - manter sempre limpas e ordenadas as áreas objeto de sua permissão, bem como exigir de seus funcionários que trabalhem asseados, vestindo uniformes limpos e apresentáveis, exercendo ainda rigorosa fiscalização sobre os mesmos para que mantenham o bom comportamento; – MULTA: 1,0%.

IV – manter o estabelecimento em condições de higiene e conforto, conforme regulamentação do presente Decreto; – MULTA: 1,0%.

V – atender ao público com educação e polidez, sendo proibida abordagem de clientes nas áreas públicas do Mercado; – MULTA: 2,0%.

VI – obedecer às exigências estabelecidas pela legislação Municipal, Estadual e Federal; – MULTA: 10,0%.

VII – manter o estabelecimento em condições de segurança, conforme regulamentação do presente Decreto; – MULTA: 10,0%.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

VIII – atender às obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias relativas, respectivamente aos seus funcionários e seus estabelecimentos; – MULTA: 2,0%.

IX – fornecer à Administração relatórios estatísticos ou quaisquer outras informações quando solicitadas para fins de controle e fiscalização; – MULTA: 2,0%.

X – manter atualizados seus dados cadastrais junto à Administração; – MULTA: 5,0%.

XI – manter permanentemente limpas e conservadas as fachadas e esquadrias de seus estabelecimentos, providenciando a troca de vidros rachados, recolocação dos faltantes, bem com fixação dos que estiverem frouxos, a fim de evitar acidentes. Da mesma forma, as grades e telas deverão ser mantidas limpas, firmes, pintadas e completas; – MULTA: 7,0%.

XII - responsabilizar-se pelo controle de ruídos que emanem de seus equipamentos, não podendo utilizar-se de pregões ou anúncios que interfiram com a atividade de seus lindeiros ou causem embaraços e transtornos aos usuários do Mercado Público; – MULTA: 2,0%.

XIII - ligar e manter em perfeito funcionamento, durante todo o processo de preparo de alimentos, as coifas instaladas conforme disposto no Caderno de Obrigações; – MULTA: 5,0%.

XIV - manter em perfeito funcionamento os sistemas de exaustão, quando estes forem de instalação obrigatória, e/ou em se tratando de coifas de cozinha, responsabilizar-se pela limpeza interna dos ductos, a fim de evitar acúmulo de gordura e o consequente risco à segurança do Mercado Público; – MULTA: 10,0%.

XV - impedir que a água e/ou detritos provenientes da lavagem de pisos, instalações ou equipamentos das áreas de permissão escoe para corredores e demais áreas de circulação interna ou externa do Mercado Público, devendo ser direcionada para o esgoto do próprio estabelecimento; – MULTA: 10,0%.

XVI – impedir que seus funcionários realizem limpeza de quaisquer equipamentos nas áreas de condomínio do prédio; – MULTA: 7,0%.

XVII - proceder a limpeza das caixas sifonadas, retentoras de gordura, localizadas nos estabelecimentos, no mínimo, uma vez por semana e sempre que se fizer necessário; – MULTA: 3,0%.

XVIII - tomar as providências necessárias para evitar a emissão de detritos que atinjam o sistema de escoamento de águas servidas ou pluviais do Mercado Público, tais como gorduras de frituras, detritos de peixe, gorduras de carne, plásticos etc. As grelhas móveis instaladas nas peixarias para proteção do referido sistema devem ser permanentemente limpas e revisadas sistematicamente, a fim de que cada uma possua acoplamento perfeito, evitando a passagem de detritos, mas permitindo seu içamento ou recolocação com certa facilidade operacional; – MULTA: 7,0%.

XIX - responsabilizar-se, integralmente, pela manutenção e conservação da Banca cujo uso lhes é permitido; – MULTA: 8,0%.

XX - usar e fazer usar por seus funcionários, prepostos, contratados e fornecedores, o crachá de identificação definido pela Administração e padronizado para o Mercado, promovendo, em até dois dias úteis, sua reposição junto à Administração, sempre que houver perda ou extravio do mesmo, bem como a baixa de sua numeração cadastral, mantendo os registros atualizados e informando à segurança para efetivo controle; – MULTA: 1,0%.

XXIII - usar e fazer usar por seus funcionários, prepostos, contratados e fornecedores, os equipamentos de segurança quando da realização de obras de instalação, reforma ou melhoria, visando sempre a segurança de seu pessoal e dos usuários em geral do Mercado Público. Os equipamentos ora tratados deverão ser analisados e previamente autorizados pela Administração, no que concerne aos números, métodos e finalidades; – MULTA: 2,0%.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

XXIV - providenciar para que todos os serviços de instalações, reformas, reparos ou melhorias, especialmente em redes ou equipamentos elétricos, de GLP e hidrossanitários, sejam executados por mão-de-obra qualificada, devidamente respaldada por Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, sempre que a legislação assim o exigir; – MULTA: 7,0%.

XXV – instalar o hidrômetro do estabelecimento em local de fácil acesso à leitura do consumo pelo SANEP, bem como mantê-lo protegido e permanentemente livre e desobstruído. – MULTA: 3,0%.

XXVI – observar e fazer cumprir toda e qualquer legislação pertinente ao uso de câmaras frias, bem como armazenamento e conservação de alimentos. – MULTA: 7,0%.

CAPÍTULO X

DAS PENALIDADES

Art. 25 – Além de ensejar a revogação da permissão de uso, o descumprimento total ou parcial das determinações do presente Decreto e do Caderno de Obras, que orienta a instalação, reforma ou melhoria de estabelecimentos comerciais no Mercado Público, confere ao MUNICÍPIO o direito de aplicar ao PERMISSIONÁRIO as seguintes penalidades, garantidos o contraditório e a ampla defesa:

- I - advertência;
- II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o preço mensal da permissão de uso, de acordo com os percentuais especificados neste Decreto, podendo ser aplicada em dobro, quando houver reincidência da infração;
- III - suspensão do exercício da atividade comercial por um prazo de até 30 (trinta) dias;
- IV - interdição administrativa;
- V- revogação da permissão de uso;
- VI - suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos; e
- VII - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o PERMISSIONÁRIO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Art. 26 – As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, quando tal for viável, ou sucessivamente, a critério do Município, facultada a prévia defesa do interessado em um prazo de 10 dias (dez) úteis, contados do recebimento da notificação da infração, em processo administrativo especialmente aberto para tal fim.

Parágrafo único - A assinatura, no ato da autuação, valerá como indicação da autoria, gerando o mesmo efeito à recusa do infrator em assinar o documento, fato que será certificado pelo Agente de Fiscalização, mediante a assinatura de 2 (duas) testemunhas.

Art. 27 – A defesa a qual se refere o artigo anterior deverá ser encaminhada à Administração no prazo definido, para análise e deliberação do administrador, como primeira instância de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

julgamento. No caso de indeferimento, caberá ainda possibilidade de recurso para julgamento em instância superior, a cargo do Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, que promoverá a decisão final. O recurso deverá ser encaminhado no mesmo prazo, contado a partir do recebimento do indeferimento da defesa.

Art. 28 – As multas aplicadas serão recolhidas ao Fundo Municipal de Manutenção e Conservação do Mercado Público através da conta bancária 1125590-13, agência 0320, Banco Banrisul.

CAPÍTULO XII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29 – Incumbe ao PERMISSIONÁRIO assegurar o exato cumprimento e a observância da presente Resolução, do Caderno de Obrigações de Termo de Permissão de Uso por parte de seus funcionários, sócios, prepostos e fornecedores.

Art. 30 - Incumbe à Administração fiscalizar e fazer cumprir as normas estabelecidas no presente Decreto, Caderno de Obrigações e Termos de Permissão de Uso, visando o bom funcionamento do prédio e suas atividades.

Art. 31 - Os casos omissos serão analisados e decididos pela Administração.

Pelotas, 4 de setembro de 2012

Adolfo Antonio Fetter Júnior
Prefeito Municipal de Pelotas